



DIDÁTICA E SABERES INTERDISCIPLINARES: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO “NOÇÕES DE ADMINISTRATIVO”

Pedro Nery Aguiar¹
Ana Carolina Silva e Santos²
Luanna Victoria Silva Dourado³
Bruna Prado Rocha⁴
Daniella Santos Magalhães⁵

Resumo

O presente trabalho tem como principal escopo analisar as percepções docentes sobre o ensino interdisciplinar de Direito Administrativo voltado à preparação para a participação em processo seletivo sob o Regime Especial de Direito Administrativo (Reda), a partir de uma atividade extensionista com professoras da creche da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). A pesquisa aborda a dificuldade de transpor conteúdos jurídicos complexos para um público sem formação básica na área, evidenciada pela barreira do "juridiquês" e pelo formalismo das normas.

Palavras-chave: Ensino Interdisciplinar. Direito Administrativo. Concurso Públicos. Juridiquês. Atividade Extensionista.

Abstract

The present work has as its main scope the analysis of teaching perceptions about the interdisciplinary teaching of Administrative Law aimed at preparation for participation in a selective process under the Special Administrative Law Regime, based on an extension activity with teachers from the daycare center of the State University of Southwest Bahia. The research addresses the difficulty of transposing complex legal contents to an audience without basic training in the area, evidenced by the barrier of "legalese" and the formalism of the norms.

Keywords: Interdisciplinary Teaching. Administrative Law. Public Exams. Legalese. Extension Activity.

¹ Especialista em Direitos Fundamentais e Justiça pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Assessor Jurídico, pedronery1057@gmail.com.

² Mestranda em Direito pelo PPGD Associativo UESB, UNEB, UESC, UEFS, campus Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, professora universitária, anacarolssilva2001@gmail.com.

³ Especialista em Direitos Fundamentais e Justiça pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Advogada, luannadourado.adv@gmail.com

⁴ Mestranda em Direito pelo PPGD Associativo UESB, UNEB, UESC, UEFS, campus Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, advogada, brunapradoadvocacia@gmail.com.

⁵ Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia, professora universitária, UESB, daniella.magalhaes@uesb.edu.br.



Contextualização:

A atividade de extensão esporádica intitulada "Noções de Direito Administrativo" buscou introduzir o conteúdo de Direito Administrativo às funcionárias da creche da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) que irão realizar o processo seletivo de Regime Especial de Direito Administrativo (Reda) para preenchimento das vagas de Técnico e Analista em referido local. O projeto foi uma iniciativa do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, sob a coordenação da Prof^ª. Dra. Daniella Santos Magalhães.

Ainda, para além da preparação para o concurso, reconhece-se a importância de apresentar aspectos teóricos e práticos para uma compreensão mais técnica do que Maria Di Pietro (2018) define como sendo o ramo do direito público que tem por objeto as pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, bem como a atividade jurídica contenciosa que exercer e os bens e meios de que se utiliza para a persecução dos seus fins. Dessa forma, a atividade extensionista mostra-se necessária para além da realização do certame, sendo também relevante para que, em eventual aprovação, as discentes entendam o funcionamento da administração que integram.

Isto porque ao compreender a forma como o Estado e os seus órgãos e entidades são regidos, orienta-se a própria atuação profissional, a fim de guiá-la de acordo com os princípios, objetivos, limites e regras impostos pelo ordenamento jurídico pátrio. Assim, otimiza-se o atendimento e contribui-se para uma melhor consciência acerca dos seus direitos e deveres, visando a uma melhor prestação do serviço público. As aulas foram lecionadas nas próprias dependências da Uesb, no módulo do Núcleo de Atenção Integral ao Servidor (Nais), nos dias e horários que melhor atendiam aos interesses das discentes do curso.



Aspectos metodológicos da experiência

A atividade de extensão abordou as noções introdutórias de Direito Administrativo, sendo organizada em encontros de quatro horas cada, com aulas lecionadas para um total de dez alunas, realizados ao longo de julho de 2025, com alguns ajustes de datas conforme a disponibilidade dos envolvidos e registro documental das participações.

A metodologia adotada combinou exposição dialogada com atividades práticas de fixação: foram utilizados slides de apoio, houve entrega de material em PDF aos participantes e realizou-se resolução de questões de concursos anteriores sobre os temas tratados, visando a consolidação do conhecimento e a preparação prática para as provas. O conteúdo foi distribuído em blocos temáticos e cada tópico teve responsável definido, o que possibilitou sequência lógica entre os assuntos e aprofundamento por especialista em cada tema.

No Bloco 3 – Direito Administrativo os responsáveis e suas respectivas participações foram: Pedro Nery Aguiar, (apresentações em 08/07/2025 e 31/07/2025), Leonel Assis Vilas Boas, (10/07/2025 e 14/07/2025), Ana Clara Silva (agentes públicos e disposições constitucionais, 10/07/2025), Bruna Prado Rocha (16/07/2025, 22/07/2025 e 23/07/2025). Foram abordados os tópicos: origem, conceito e fontes do Direito Administrativo; sistemas administrativos; regime jurídico-administrativo; princípios da Administração Pública; organização administrativa direta e indireta; poderes administrativos; agentes públicos; atos administrativos; licitação pública; contratos administrativos; serviços públicos e regulação estatal; parcerias público-privadas e consórcios públicos; responsabilidade civil do Estado; e improbidade administrativa.

O Bloco 4 – Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, sob responsabilidade de Ana Clara, tratou da Lei nº 6.677/1994, que dispõe



sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado da Bahia, suas autarquias e fundações públicas estaduais. O Bloco 5 – Planos de Carreira e Igualdade Racial e de Gênero, conduzido por Bruna, Ana Carolina e Luanna, abordou o Plano de Cargos e Salários das Universidades Estaduais da Bahia (Leis nº 8.889/2003 e nº 11.375/2009) e o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia (Lei nº 13.182/2014).

A atividade permitiu o efetivo aproveitamento do conteúdo por parte dos participantes, promovendo a fixação dos conceitos abordados e o desenvolvimento de habilidades práticas aplicáveis em concursos e na atuação profissional. A combinação de exposição dialogada, material complementar e resolução de questões contribuiu para o engajamento, compreensão crítica e segurança na aplicação dos temas estudados, evidenciando o êxito da ação de extensão em alcançar seus objetivos pedagógicos e de formação cidadã.

Refletindo com a experiência:

Após as contextualizações necessárias, o presente relato tem por objetivo descrever as percepções dos docentes envolvidos e promover reflexões sobre o ensino interdisciplinar voltado aos concursos públicos, que, por vezes, exigem do candidato conhecimento multitemático e aprofundado, para além das suas áreas de formação.

É nesse cenário que a atividade de extensão foi formulada e coordenada. Conforme mencionado, a finalidade central do projeto extensionista realizado no ano de 2025 esteve vinculada ao ensino da ciência jurídica e legislações específicas para as professoras vinculadas à creche da Uesb que irão participar de futuro processo seletivo destinado a cargos pelo Reda. Assim, o plano de ensino do curso denominado “Noções



de Administrativo" restou elaborado considerando editais anteriores para o nível do cargo pleiteado. Sendo divididas as aulas entre sete professores voluntários que se propuseram a ministrar conteúdos voltados à área de Direito Administrativo, desde sua origem, conceitos, fontes, sistemas administrativos, passando pelos princípios básicos, organização, poderes, agentes, atos, licitação, contratos, parcerias, responsabilidade civil do Estado e improbidade, até chegar às legislações específicas, a cita o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia e o Estatuto de Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia.

Dentre as principais dificuldades encontradas no momento da atividade, pela perspectiva dos docentes, cita-se a apresentação de conteúdos da ciência jurídica que são ministrados a partir do quarto semestre das faculdades de direito, após base de formação e aprendizado, para estudantes que não passaram pelos conteúdos mínimos como conceitos introdutórios sobre fato, valor e norma - atrelados à Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale, positivismo jurídico e adaptados ao "juridiquês" excessivo das legislações brasileiras e formalismos na linguagem. No momento das aulas, mesmo com esforços hercúleos dos professores voluntários em apresentar exemplos voltados ao cotidiano, em apresentar as terminologias das palavras e jargões próprios do direito buscando ao máximo facilitar a comunicação, a mensagem não foi plenamente captada pelas receptoras, em virtude da necessidade de conhecimentos prévios sobre o ramo.

As alunas são funcionárias da creche e possuem formação em licenciaturas e pedagogia. Ao observar a grade de licenciatura em pedagogia fornecida pela Uesb, disponibilizada no site da Pró-Reitoria de Graduação - Prograd, entre a carga horária de 3205h não há qualquer



disciplina que exponha as alunas ao contexto de legislações voltadas para a sua atuação profissional, como componentes curriculares de políticas públicas na educação ou módulos específicos em legislações voltadas à educação (Vitória da Conquista, 2025). Entretanto, apesar dessa constatação, considerando o currículo, vê-se diante do componente curricular denominado de “TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO I: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO”, servindo de base e fundamentação para o estudo aprofundado da Lei nº 13.182 de 06 de junho de 2014, que versa sobre o Estatuto de Igualdade Racial do Estado da Bahia, sendo esse o último dos módulos temáticos do curso de Noções Introdutórias em Direito Administrativo.

Todavia, apesar da dificuldade apresentada, logrou-se certo sucesso em introduzir os assuntos abordados e apresentar o aspecto geral sobre o tema. Ainda, cita-se como outro ponto positivo, o exercício da docência por parte dos extensionistas responsáveis pela preparação e execução das aulas.

Referências bibliográficas:

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**, 31. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2018.

VITÓRIA DA CONQUISTA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. **Catálogo de Cursos**. Disponível em: https://catalogo.uesb.br/cursos/pedagogia-lic-vc/20121_mat_pedagogia. Acesso em 18 out. 2025.